

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Não consta

Class.: 167

Data 12/07/75

Pg.: _____

Presidente da Funai admite que não é um especialista

"Eu não sou antropólogo, não entendo nada de antropologia; sou apenas um administrador". Essa confissão pública do general Ismarth de Araújo, presidente da Fundação Nacional do Índio, foi considerada pelos presentes um dos raros pontos positivos do simpósio sobre o "Problema Indígena Brasileiro", promovido ontem, em Belo Horizonte, durante a 27.ª Reunião Anual da SBPC.

Para os antropólogos e estudantes presentes, a afirmação do general veio apenas confirmar o que disse o ex-presidente do Conselho Indigenista Missionário, padre José Vicente Cesar, em seu livro "Catequese e conversão dos índios do Brasil", no qual afirma que o órgão oficial definidor da política indígena brasileira uma única vez "teve" a sua frente um homem capaz, bem intencionado, convicto da relevância da sua missão", referindo-se ao marechal Rondon.

Participando da mesa diretora dos trabalhos, juntamente com outros funcionários da Funai e apenas uma antropóloga, que defende teses contrárias às do órgão oficial, o general Ismarth conseguiu ainda contradizer-se mais de uma vez, embora tenham sido poucas as suas intervenções.

Na véspera ele fizera uma conferência situando os grandes, encontrados pela Funai nos problemas, inclusive financeira para implantar a política definida pelo estatuto do índio; ontem, durante o simpósio, disse que a Funai pode vangloriar-se de ser um dos órgãos federais que conseguiu maior incremento de recursos financeiros nos últimos anos, passando de uma verba anual de 7 milhões de cruzeiros em 1970 para 85 milhões em 1975 e com previsão de 170 milhões para o próximo ano.

Respondendo a uma inter-

venção da antropóloga Adélia Engracia de Oliveira sobre a necessidade de maior participação da Funai junto ao grupo dos índios "mura-piranha", localizados às margens do rio Madeira, na Amazônia, o general Ismarth disse que na verdade o órgão desconhece muitas áreas no Norte do País, "inclusive esta citada pela professora Adélia". E foi surpreendido com o esclarecimento da antropóloga: o trabalho que ela fez sobre os "mura-piranha" havia sido publicado no próprio informativo da Funai (n.º 13, de março último).

INTEGRAÇÃO DO ÍNDIO

Segundo comentários dos estudantes, antropólogos e do único missionário católico participante do simpósio, o padre José Vicente Cesar, a escolha dos coordenadores do simpósio, que poderia tornar-se um dos mais interessantes de toda a reunião da SBPC, acabou transformando-se em um palco armado para que a Funai propagandasse sua atuação e em um local de debates esteréis.

O simpósio, que deveria ter sido encerrado ainda na parte da manhã, acabou prolongando-se até as 5 da tarde, num diálogo de divergências teóricas entre os próprios funcionários da Funai. O fato de nenhum missionário — os missionários brasileiros cuidam praticamente de dois terços da população indígena brasileira — e nenhum índio terem sido convidados para participar do simpósio também foi motivo de comentários entre os presentes e apontado como uma das causas do esvaziamento do simpósio.

As raras intervenções do sortanista Orlando Villas Boas foram para reafirmar sua posição — a mesma defendida pelo Conselho Indígena Missionário e definida no próprio estatuto do índio, mas não seguida pela Funai, segundo as críticas

que são feitas ao órgão — de que o problema indígena brasileiro deve ser visto em primeiro lugar como uma necessidade de preservar uma cultura e não de se considerar o índio como indivíduo e mão-de-obra barata em potencial.

O enfoque contrário, no entanto, é o que tem tido todas as simpatias da Funai, e para os perigos da integração muito rápida do indígena à sociedade envolvente, o alerta foi dado pela antropóloga Carmem Junqueira. Segundo ela, "lamentáveis enganos teóricos vem provocando uma perspectiva caolha em relação ao problema indígena", porque pensa-se que as relações sociais podem ser mudadas desde que sejam mantidas algumas características do grupo tribal, como a língua, as festas e outras".

A antropóloga defendeu também a desvinculação da Funai do Ministério do Interior, para evitar que as necessidades de desenvolvimento econômico (como ocorreu com o retalhamento do Parque do Xingu para a construção de uma estrada) interfiram na política do índio.

Para o general Ismarth Araújo, no entanto, a Funai é autônoma ("Não dou satisfação nem ao ministro do que faço ou pretendo fazer") e é de menor importância se o órgão deve ser vinculado ao Ministério da Educação, diretamente à Presidência da República ou se deveria ser criado um ministério para tratar exclusivamente dos negócios indígenas, conforme proposta do missionário padre José Vicente Cesar. Embora afirmando-se autônomo em relação ao Ministério do Interior, o presidente da Funai não conseguiu responder porque o órgão não impediu o corte do Parque do Xingu, se ele próprio, conforme declarou ontem, era contra a medida.